

# Economista diz que Real criou bombas de efeito retardado

Para Reinaldo Gonçalves, desajuste interno e externo é o preço da queda da inflação

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Vera Saavedra Durão  
de Rio

Às vésperas de o Plano Real completar três anos, o economista Reinaldo Gonçalves, especialista em economia internacional e professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), acusa o programa de estabilização brasileiro de estar gerando uma forte desestabilização da economia brasileira, travando seu crescimento e aumentando o endividamento externo e gerando verdadeiras "bombas de efeito retardado". Para ele, um quadro como esse compromete o futuro do País nas esferas econômica, política, social e institucional.

Em estudo onde faz um balanço do terceiro aniversário do Real, Gonçalves analisa que a política do

governo Fernando Henrique significou a reorientação dos principais instrumentos de política econômica para a redução da inflação. "Conforme já se poderia esperar deste tipo de ajuste macroeconômico que segue a linha de menor resistência, houve o surgimento ou agravamento de desequilíbrios internos e externos", disse, apontando a redução da inflação como único indicador favorável.

A desestabilização macroeconômica, o desmantelamento do aparelho produtivo, a degradação do tecido social e a deterioração político-institucional são nomeados pelo economista como os riscos potenciais do plano de estabilização.

A desestabilização macroeconômica que, para Gonçalves, vem ca-

racterizando o Plano Real, é fruto do acúmulo de distorções de política econômica cometidas na gestão do plano. Ela tem levado a uma "economia travada, de crescimento limitado, com incapacidade de criar empregos e, crescente vulnerabilidade externa", constata.

As principais distorções de política econômica do Real são, a seu ver, a apreciação cambial, as taxas de juros elevadas e uma política fiscal marcada pela injustiça e pela incapacidade de corrigir as contas públicas. "O aumento destas distorções agrava a instabilidade e o risco de crise", destaca.

O economista ressalta ainda que, no âmbito das contas externas, o crescente desequilíbrio da balança comercial de serviços poderá com-

prometer cada vez mais a capacidade de controle da inflação no futuro próximo. Ele lembrou que o Brasil hoje tem baixa capacidade de resistência a choques externos. "A vulnerabilidade externa tem duas pernas: o fluxo financeiro de capital que pode ser interrompido, como o mercado de bônus, caso haja uma alta dos juros americanos, e o investimento direto, que é mais uma onda de fusões e aquisições que se esgota no tempo."

O desmantelamento do aparelho produtivo privado é outro ponto destacado por ele. Esse processo vem atrelado a uma política de abertura econômica caracterizada pela ausência de políticas setoriais. "O ajuste das empresas nacionais a este processo tem sido, fundamentalmente passivo", critica o economista.

## A economia de FHC

Variável/ Ano	1995	1996	Projeções		Governo FHC 1995-98
			1997	1998	
PIB (taxa de cresc. %)	4,2	2,9	2,1	4,0	3,3
PIB per capita (cresc. %)	2,8	1,5	0,7	2,1	1,9
Investimento (taxa %)	16,7	16,0	15,0	16,5	16,0
Desemprego (taxa %)	4,6	5,5	5,8	5,0	5,2
Inflação (INPC)	22,0	10,0	7,0	15,0	13,4
Déficit público (oper. % PIB)	5,0	4,5	3,5	5,5	4,6
Taxa de juro (real, TBC)	27,6	16,3	16,0	12,0	18,0
Taxa de câmbio real*	92	93	93	98	94
Saldo comercial (US\$ bi)	-3,2	-5,0	-9,0	-12,0	-7,3
Transações correntes (US\$ bi)	-18,0	-24,3	-35,0	-43,0	-30,0

Elaboração: Reinaldo Gonçalves (junho/97) \*Taxa de câmbio efetiva real IPA (Índice junho de 1994=100)